



Tribunal de Justiça – Gerência de Contratação

ADENDO AO EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 39/2015
(Processo nº. 0000366-50.2014.8.01.0000)

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE, por meio de sua Presidente, Desembargadora Cezarinete Angelim, torna público, para conhecimento de todos os interessados, que houve as seguintes alterações na redação de itens do Edital em epígrafe:

EDITAL

1. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

Data: 13/11/2015

Horário: 13:00 horas (horário de Brasília)

Local: www.comprasnet.gov.br

2. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

O Item 2.5 passar a ter a seguinte redação:

2.5. Integram o presente edital, como ANEXOS, e independente de transcrição, os documentos seguintes:

ANEXO I	Termo de Referência
ANEXO II	Minuta Ata de Registro de Preços
ANEXO III	Declaração de Inexistência de Grau de Parentesco e de Vínculo Empregatício
ANEXO IV	Formulário de Proposta
ANEXO V	Declaração de Sustentabilidade Ambiental

9. DA HABILITAÇÃO

Inserir o Item 9.1.4.6 com a seguinte redação:

9.1.4.6. “Apresentar declaração de sustentabilidade ambiental (Anexo V).

Inserir o Anexo V com a seguinte redação:

ANEXO V – DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

“_____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a)_____, portador(a) da Carteira de Identidade no _____ e do CPF no _____, DECLARA, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente. Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da



Tribunal de Justiça – Gerência de Contratação

obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo II da Instrução Normativa nº 31, de 03 de dezembro de 2009, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente”.

Rio Branco __de _____de 20__.

(Nome completo por extenso do responsável pela Pessoa Jurídica emitente deste atestado e sua assinatura)

Considerando que as alterações não repercutirão na formulação das propostas, a teor das disposições contidas no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, c/c o art. 20 do Decreto nº 5.450/2005.

Rio Branco, 10 de novembro de 2015.

Desembargadora Cezarinete Angelim
Presidente do TJAC